

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2019.

Manifestante: Patrícia Simone de Almeida Garcia.

Código de Manifestação: 193.013.862.289

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que solicitou “acesso ao processo nº 106.302-6/16 para fins acadêmicos. Comprometo-me, desde já, a utilizar as informações do processo citado apenas para estudo acadêmico e guardar o sigilo necessário de quaisquer informações ali contidas que não sejam objeto do meu estudo”, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 022.055-4/19 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011.

Em resposta, a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas – PGT/TCE-RJ informou que o referido processo possui caráter sigiloso, não podendo ser fornecida a cópia solicitada, pois:

a) “Conforme se depreende do bem elaborado Voto proferido pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, relator do processo TCE nº 106.302-6/16, verifica-se que fora atribuído caráter sigiloso ao precitado processo, pois Sua Excelência entendeu que deveria ser preservado o sigilo fiscal dos dados constantes dos autos em comento.”;

b) a manifestante não consta como parte interessada no processo TCE nº 106.302-6/16.

Entretanto, V. S^a. poderá, caso deseje, interpor, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no site do TCE-RJ da carta-resposta, recurso ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 12.527/2011 e no *caput* e § 2º, do art.13 da Resolução TCE-RJ nº 275/13.

Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

(...)

Resolução TCE-RJ nº 275/13

Art. 13. No caso de indeferimento de acesso às informações ou após as razões da negativa do acesso pelo órgão competente, poderá o interessado interpor recurso ao Plenário do Tribunal.

(...)

§ 2º Negado o acesso à informação em sede recursal, a decisão se torna irrecorrível.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,
ouvidoria@tce.rj.gov.br